



**UNIÃO DAS FACULDADES SUPERIORES DE SÃO
SEBASTIÃO DO PARAISO**

FACULDADE CALAFIORI

**INDISCIPLINA:
OS LIMITES NA ESCOLA**

PRISCILA DUARTE SILVA CUNHA

ORIENTADOR: PROF. FRANCISCO ROMUALDO

RODRIGUES

São Sebastião do Paraíso - MG

2010

**INDISCIPLINA:
Os limites na escola**

PRISCILA DUARTE SILVA CUNHA

Monografia apresentada à ISEP - Instituto Superior de Educação de Paraíso, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Pós-Graduação em Gestão Escolar.
Orientador: Prof. Francisco Romualdo Rodrigues.

São Sebastião do Paraíso

2010

INDISCIPLINA: Os limites na escola
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

AVALIAÇÃO: () _____

Orientador:

Professor Avaliador da Banca

Professor Avaliador da Banca

São Sebastião do Paraíso - MG

2010

DEDICATÓRIA

A todos os Professores que através de vossos ensinamentos nos transmitistes o conforto do calor humano, ora como educadores, ora como amigos, deixando conosco a verdadeira essência do aprendizado especialmente ao Professor Especialista Francisco Romualdo Rodrigues, por sua competência, dedicação e disponibilidade como orientador.

AGRADECIMENTOS

A Deus por permanecer ao meu lado e iluminar meu caminho na busca de crescimento pessoal e profissional.

Aos meus pais e ao meu esposo pelo carinho e paciência para comigo, que sempre fizeram o possível e o impossível para que eu pudesse chegar até aqui.

Enfim, a todos que me incentivaram e colaboraram para a elaboração deste trabalho não só no aspecto prático e formal; mas também, no apoio humano e emocional, de suma importância para a realização deste curso.

Os limites e disciplina, quando necessários, devem incidir sobre as ações, não sobre os sentimentos.

Yves de La Taille.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	10
1 INDISCIPLINA: os limites na escola.....	13
1.1 O Professor e a Escola Diante da Indisciplina.....	18
1.1.1 A escola como foco da indisciplina: mudanças contemporâneas que afetam a escola e a educação.....	20
1.2 O que é Limite?.....	21
1.3 A Família e a Escola.....	27
1.4 A Importância do Limite na Escola.....	28
1.4.1 Limites como fronteiras a serem transpostos.....	30
1.4.2 Limites como fronteiras.....	34
2 O GESTOR ESCOLAR AUXILIANDO O PROFESSOR NA QUESTÃO DE LIMITES.....	38
2.1 A Imposição de Limites: preocupação comum a todo o sistema educacional.....	46
3 - CONTEXTO ESCOLAR: gestão democrática e o rendimento pedagógico segundo o jornalista Gilberto Dimenstein e a autora Nádia Aparecida Bossa.....	49
3.1 Contexto Escolar: gestão do conhecimento segundo Gilberto Dimenstein.....	51
3.2 Contexto Escolar e a Pedagogia Segundo Nádia Aparecida Bossa.....	53
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, pesquisar e estudar o tema em questão: *Indisciplina: os limites na escola*, que é uma preocupação com a tão discutida “indisciplina”, assim terão oportunidade de analisar e refletir sobre a disciplina em sua fundamentação teórica; os limites; a indisciplina e as causas possíveis e a realidade da sala de aula e o papel do Gestor Escolar dentro desta realidade. O conceito sobre a indisciplina, bem como suas causas e prevenções requer um estudo sistematizado. Este assunto tem sido amplamente discutido nas escolas sendo uma fonte de estresse decorrente das relações interpessoais, principalmente quando associado às situações de conflito em sala de aula. Para tanto, far-se-á análises sobre as ideias de autores como: Scoz (1996); Taille (2003); Groppa Aquino (1996); Tiba (1996), Vasconcellos (2006) e outros estudiosos que discutem sobre o tema. Considera-se, a escola como sendo a instituição social mais importante da atualidade em virtude de sua atuação mediadora entre o indivíduo e a sociedade. Assim, a escola além de proporcionar aos alunos o saber passa noções básicas de comportamentos e valores éticos e morais que contribuirão muito no futuro para enfrentarem a vida social e profissional. Este trabalho apresenta uma revisão de literatura sobre o fenômeno da falta de limites nos indivíduos na atualidade, e sua articulação com o conceito de alteridade, enquanto encontro com o outro, envolvendo a capacidade de se colocar em seu lugar. Propõe-se a refletir e problematizar sobre as implicações sociais da falta de limites na interação eu-outro. E, apoiando em teóricos que discutem que a temática não estaria simplesmente ligada ao modo de educar dos pais, tratando-se de uma questão da nossa era. Abordaremos as considerações sobre transformações culturais e na família, apontando como possibilidade o diálogo e a negociação e um parecer da autora Dr^a Nádia A. Bossa sobre o Contexto Escolar e a Psicopedagogia e do jornalista Gilberto Dimenstein - Contexto Escolar: Gestão do Conhecimento.

Palavras - chave: Indisciplina. Professor-Aluno. Limites. Disciplina.

ABSTRACT

The present work aims at researching and studying the topic: *Indiscipline: limits in school*, which is a concern with the much discussed "indiscipline", so have the opportunity to analyze and reflect on the discipline in its theoretical basis, the limits, indiscipline and possible causes and reality of the classroom and the role School Manager within this reality. The concept about indiscipline, as well as their causes and preventions requires a systematic study. This subject has been widely discussed in schools as a source of stress arising from interpersonal relationships, especially when associated with conflict situations in the classroom. To do so, it will be far on the analysis ideas of authors such as Scoz (1996); Taille (2003); Groppa Aquino (1996), Tiba (1996), Vasconcelos (2006) and other scholars who discuss the subject. It is considered, the school as being the most important social institution today because of its mediating role between the individual and society. Thus, the school also provide students with the basics of passing knowledge conduct and ethical and moral values that contribute much in the future for life and social professional. This paper presents a literature review on phenomenon of lack of limits on individuals today and its links with the concept of otherness, while meeting the other involving the ability to put yourself in their place. It is proposed to reflect on and discuss the social implications of lack of limits on self-other interaction. And, in supporting theorists who argue that the issue would not be simply linked to the way of educating parents, treating is a question of our era. We will address the considerations and cultural transformations in family, showing how the dialogue and the possibility negotiation and an opinion of the author Dr^a. Nádia A. Bossa on School Context and Educational Psychology and the journalist Gilberto Dimenstein School Context: Knowledge Management.

Key - words: Indiscipline. Teacher-Student. Limits. Discipline.

INTRODUÇÃO

Com base na descrição do artigo “A indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados” da autora Laurizete Ferragut Passos (1996), pode-se inferir que a falta de disciplina nas escolas, atualmente, tem sido vista como uma questão problemática que dificulta a prática pedagógica; embora, a disciplina escolar tenha sido considerada como um conjunto de regras que devem ser obedecidas, tanto pelos professores quanto pelos alunos, para que o aprendizado escolar tenha êxito. Portanto, é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola.

Como em qualquer relacionamento humano, na disciplina é preciso levar em consideração as características de cada um dos envolvidos no caso: supervisor/orientador, diretor, professor e aluno, além das características do ambiente.

Eles definem a disciplina como um processo educacional, no qual a criança aprende a deixar de lado as satisfações imediatas, ou seja, deixa de querer tudo na hora, ensinando o autocontrole. Dizer não é querer o bem da criança, necessidade de limites e regras claras, firmeza nas atitudes molda o seu comportamento.

O tema: *Indisciplina: os limites na escola*, justifica-se, mediante as considerações feitas sobre a disciplina, limite e indisciplina tratada por professores, especialistas, pais e autores de grande importância para a convivência social e a adaptação das crianças às regras e normas da sociedade.

Neste contexto, o motivo que nos levou a estudar este assunto é a preocupação com a tão discutida “indisciplina na sala de aula”, assim teremos oportunidade de pesquisar, analisar e refletir sobre a disciplina em sua fundamentação teórica; os limites; a indisciplina e as causas possíveis e a realidade da sala de aula e o papel do Gestor Escolar dentro desta realidade.

Neste caso, tem-se na Gestão Escolar uma responsabilidade enorme na coordenação destes processos na escola, segundo o relato de Vera Lúcia (2002):

[...] quando se pensava que tudo estava bem, entrava-se na sala dos professores, nas discussões do dia-a-dia e se percebia que o discurso havia mudado, mas a prática não, e aí, tem que ter maturidade, sensibilidade e muita firmeza para sabermos onde queremos chegar. Anotava algumas falas dos professores e estas me faziam pensar e agir para os próximos momentos de estudo” (PARREIRA, 2002, p. 28).

Objetiva-se com esta pesquisa:

- Identificar concepções de indisciplina/ disciplina/ limites e como gestores, professores, pais e alunos as incorporam no seu cotidiano.

Especificamente em:

- Esclarecer os problemas de orientações e suporte pedagógico dado aos professores para resolverem problemas cruciais vivenciados em sala de aula como a indisciplina.

- Reconhecer as transformações ocorridas na sociedade em geral, que possam afetar a organização escolar para enfrentar o problema da indisciplina em sala de aula.

- Esclarecer os problemas existentes na organização escolar, em específico, na relação *staff* e professores almejando estabelecer um efetivo suporte pedagógico aos professores para trabalharem com o problema da indisciplina em sala de aula.

Constam também, suposições objetivas de respostas para o problema formulado, tendo em vista a seguinte hipótese: Especialistas em Educação e Gestores Escolares não possuem a apropriação necessária do conhecimento pedagógico para orientarem metodologias de trabalho que primem pela disciplina em sala de aula.

Ou seja, trata-se de redimensionar o problema - a questão central não está na concorrência e/ou disputa entre professor e aluno, - mas na relação professor e *staff* (quadro de pessoal) na organização do trabalho coletivo em sala de aula para se realizar a construção do conhecimento, quando o professor é o articulador da proposta, os especialistas em educação (supervisor/orientador) articulares do processo de aprendizagem, e devem assumir seu papel de agente histórico de transformação da realidade, por meio de um ensino exigente e inteligente.

Adicionalmente, com referência ao Gestor Escolar, - este tem um papel político, pedagógico e de liderança no espaço escolar -, sendo necessário sempre ressaltar, sem desconsiderar o restante da equipe; mas, o Gestor Escolar deve ser inovador, ousado, criativo e, sobretudo um profissional de educação comprometido com o seu grupo de trabalho.

Para a realização deste estudo usou-se o levantamento bibliográfico sobre a questão central já discutida nos objetivos, comparando os autores pesquisados e confrontando suas ideias de diferentes visões sobre a temática referenciada para isso abordaram-se as questões pertinentes Indisciplina. Professor - Aluno. Limites. Disciplina. Na realização da análise fez uso de um levantamento do banco de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*); Google científico, entre outras páginas da *internet*, e os seguintes autores Yves de La taille, Beatriz Scoz, Celso dos Santos Vasconcelos, entre outros.

CAPÍTULO I - INDISCIPLINA: OS LIMITES NA ESCOLA

A Indisciplina há muito tempo foi incorporada ao ambiente escolar, tornando-se uma das principais questões com as quais os educadores/professores precisam lidar todos os dias. Impõe-se o desafio de manejar essa realidade sem que se torne um fator de dificuldade e até mesmo de impedimento do processo educacional, conforme Nívea Carvalho Fabrício (2009).

Diante desse contexto, iniciamos este capítulo conceituando uma Instituição Escolar, partindo de uma citação de Beatriz Scoz (1996, p. 13):

[...] a escola não ensina apenas a ler, escrever e contar. Ela também ensina comportamentos, valores, lugares, posições; ela fabrica os sujeitos de uma determinada forma. A escola pode ensinar aos seus alunos resignação, ou seja, que eles nada podem fazer para mudar o mundo em que vivem a não ser "baixar a cabeça" e submeter-se a ele passivamente. Pode também ensinar ou colocá-los em lugares de aprendiz ou não-aprendiz, junto com grupos como família e comunidade onde vive. Há até pouco tempo, quando se questionava quais seriam as funções da escola a resposta era uma só: formação geral do aluno. Mas, a questão não é tão simples assim.

Desta forma, este capítulo objetiva-se iniciar o estudo acerca do que ocorre em uma instituição escolar no que diz respeito à disciplina e limites e/ou indisciplina, devendo assim, prestar atenção a um fato importante: que o termo disciplina pode nos levar mais longe ainda: discutir a própria natureza humana.

O professor Yves de La Taille comenta que para o filósofo Kant (1985), a Disciplina é:

[...] a disciplina é condição necessária para arrancar o homem de sua condição natural selvagem. Não se trata, portanto, apenas de 'bons modos': trata-se de educar o homem para ser homem, redimi-lo de sua condição animal. Permanecer parado e quieto num banco escolar é, para Kant, necessário, não para possibilitar o bom funcionamento da escola, mas para ensinar a criança a controlar seus impulsos e afetos (TAILLE, 2003, p. 58).

Conforme Kant (1985), *apud* Taille (2003, p.58) o “objetivo máximo da educação é o aperfeiçoamento da humanidade, vejo as mazelas adultas como complicadores, não como obstáculos intransponíveis”.

Desta forma, visando uma abordagem mais didática, iniciaremos conceituando *Disciplina*, segundo Francisco da Silveira Bueno (1986, p. 374), em *Dicionário da Língua Portuguesa*, traz várias definições para o termo *Disciplina*, como: “[...] relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor; ordem que convém ao (re) funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc.); observação de preceitos ou normas; ensino, instrução, educação”.

Pode-se conceituar, então, a disciplina como um processo educacional, no qual o aluno aprende a deixar de lado suas satisfações imediatas, saber esperar o momento adequado para desejar ou mesmo realizar algo, isto quer dizer que, disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o aprendizado escolar tenha êxito. Portanto, é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola.

É difícil dar um significado novo a algo já consagrado. A própria palavra disciplina carrega consigo um autoritarismo arcaico e falta de diálogo bastante comum nas gerações passadas. Talvez seja esta a grande dificuldade encontrada pelos professores, pois a educação está bastante liberal baseado no respeito mútuo e nem sempre estamos psicologicamente preparados para este tipo de educação, como afirma Bottura Júnior (2003, p.24) que, “a pessoa precisa atingir saúde social, que tem como pilares a disciplina, a gratidão, a religiosidade, a ética e a cidadania”. Nesta teoria disciplina significa qualidade de vida individual e social.

Desta forma, a disciplina não depende somente de palavras, mas sim do modelo de caráter com a qual a criança convive. Os filhos “copiam” o comportamento que os pais demonstram em suas relações pessoais, por isso, os

pais devem ter muito cuidado com as relações que estabelecem. Por outro lado a sociedade necessita de uma disciplina ativa e consciente marcada pelo respeito, responsabilidade, limites, construção do conhecimento, interação, participação, formação de caráter de cidadania. A disciplina começa no núcleo familiar, com os pais, que têm que transmitir o saber à criança. Eles são os primeiros modelos e tem que se esforçar para ser um excelente e o mais perfeito “modelo moral” para a criança.

Segundo Gropa Aquino (1996, p. 23),

[...] a solução é exatamente reforçar, no aluno, o sentimento de sua dignidade como ser moral. E para isto, somente resta à escola uma solução: lembrar e fazer lembrar em alto e bom tom, a seus alunos e a sociedade como um todo, que sua finalidade principal é a preparação para o exercício da cidadania. E, para ser cidadão, são necessários sólidos conhecimentos, memória, respeito pelo espaço público, um conjunto mínimo de normas de relações interpessoais, e diálogo franco entre olhares éticos.

Assim, uma educação apropriada requer equilíbrio entre liberdade e encorajamento para se expressar de um lado, e o treino para aceitar limites de outro.

Disciplina, então, vem a ser o conjunto de regras éticas utilizadas para atingir um objetivo. A ética é vista como critério qualitativo de comportamento humano que envolve e preserva o respeito ao bem estar biopsicossocial, através de regras que podem ser treinadas, simplesmente adquiridas pela própria experiência, pode ser aprendida por intermédio de alguém que pode ser o professor ou absorvida pela imitação.

A disciplina não depende exclusivamente de um indivíduo, pressupõe a existência do disciplinador e do disciplinado em função de um objetivo, num determinado contexto.

Pode-se, então definir *Disciplina* como um processo educacional, no qual a criança aprende a deixar de lado as satisfações imediatas, ou seja, deixa de querer tudo na hora. A criança precisa aprender que nem sempre vai poder ter tudo aquilo que quer, na hora que quer.

Segundo Vasconcellos (2006, p. 38): “[...] o conceito de disciplina para a maioria dos professores é entendida como adequação do comportamento do aluno ao que o professor deseja. Só é considerado disciplinado o aluno que comportar-se como o professor quer”.

Em qualquer tipo de relacionamento que envolve seres humanos, devemos contar com as diversas personalidades e as várias formas de se relacionarem, estabelecendo determinadas ligações com o local, horário e até mesmo culturas vigentes. As variáveis ao tratarmos desse tema são inúmeras, pois, uma regra pode variar conforme o lugar, a hora e as pessoas envolvidas.

Para Antunes (2002, p.9):

[...] uma sala de aula disciplinada é toda aquela que permite aos professores oportunidades plenas para o desenvolvimento de seu processo de mediador na construção do conhecimento do aluno; e também é aquela que oferece aos professores condições para “despertar” potencialidades de seus alunos como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania.

Disciplinar é um ato complementar, pois depende das características pessoais do disciplinador e do disciplinado, tornando-se necessária à observação das características psicológicas dos relacionamentos humanos, pois eles são interativos, passando a estimular novas reações em sequência, e o resultado final é o relacionamento interpessoal.

Como em qualquer relacionamento humano, na disciplina é preciso levar em consideração as características de cada um dos envolvidos, no caso: professor e aluno, além das características do ambiente.

Segundo Tiba (1996, p.10), o professor é “essencial para a socialização comunitária, e tem basicamente quatro funções: ser professor propriamente dito; ser coordenador de grupo de alunos; ser membro do corpo docente; e empregado de uma instituição”.

1ª Função: *Professor, propriamente dito*, para poder ensinar, é necessário saber o que se ensina. Saber como ensinar: assim o professor precisa conseguir transmitir o que sabe (TIBA, 1996).

2ª Função: *Coordenador do grupo de alunos*, esta função não é habitualmente ensinada no currículo, pois exige um conhecimento mínimo de dinâmica de grupo, bem como noções básicas de psicologia para manter a autoridade de coordenador (TIBA, 1996).

3ª Função: *Membro do corpo docente*, um professor pode ouvir a reclamação de um aluno sobre outro professor e fazer com que ele chegue ao envolvido para

que este possa tomar alguma providência no sentido de responder adequadamente à reclamação. A única forma de solucionar um problema é identificar o erro. Como todo ser humano, o professor também pode estar errado. O fato de ser professor não é garantia de estar sempre certo (TIBA, 1996).

4ª Função: *Empregado de uma instituição*, como todo empregado, o professor tem direitos e obrigações. Eventuais insatisfações ou desavenças empregatícias devem ser resolvidas por meio dos canais competentes. Não podem e nem devem ser descarregadas nos alunos, que não têm a ver com o problema. Os alunos correm o risco de ser manipulado pelo professor em virtude da própria possibilidade de resistência que ele exerce na classe. A maior força do professor, ao representar a instituição escolar, está em seu desempenho na sala de aula (TIBA, 1996).

Portanto, ele não deve simplesmente fazer o que bem entender, sobretudo perante as indisciplinas dos alunos. Numa escola em que cada professor atua como bem entende, haverá, com toda a certeza, discórdias dentro do corpo docente e os alunos saberão aproveitar-se dessas desavenças, jogando um professor contra outro. Por isso, é importante que os professores adotem um padrão básico de atitudes perante as indisciplinas mais comuns, como se todos pautassem sua ação numa política institucional unificada.

Como se pode ver, o professor tem muitas funções e sua responsabilidade torna-se maior, quando serve de modelo aos alunos; percebemos que se o professor fala alto, o aluno grita.

O aluno também é peça-chave para a disciplina escolar e o sucesso do aprendizado, assim como o professor serve de modelo, um aluno indisciplinado também consegue envolver a sala toda; aquela criança que não sabe respeitar as regras sociais destrutura todo ambiente escolar, faz de tudo para chamar a atenção dos colegas e envolvê-los em sua indisciplina.

O ambiente também interfere na disciplina, classes muito barulhentas, nas quais ninguém ouve ninguém; salas muito quentes, escuras, alagadas ou sem condições de acomodar todos os estudantes são locais pouco prováveis de conseguir uma disciplina.

Num ambiente de cordialidade, que deve envolver as relações professor-aluno, não há espaço para palavras ou mesmo gestos que signifiquem menosprezo; nem que se ridicularize um aluno perante seus companheiros, ou a impaciência com seu erro; nem para ameaças ou concessão de privilégios; ou para a ação que não

aceita que os alunos tenham direitos a justificativas, ou ainda, a utilização de sanções para estimular aprendizagens.

Portanto, a auto-estima é o sentimento que faz com que a pessoa goste de si mesma, aprecie o que faz e aprove suas atitudes. Trata-se de um dos mais importantes ingredientes do nosso comportamento, é um item essencial e fundamental para estabelecer a disciplina. Nesse sentido, o professor deve trabalhar com a auto-estima, durante todo ano cujo objetivo principal é desenvolver o respeito e o amor ao próximo em suas várias relações sociais.

Desta forma, o principal ingrediente da auto-estima, fundamental ao adolescente, é a auto-aprovação do que ele pensa, sente e/ou faz. Quanto mais fragilizado estiver, mais essa auto-estima vai depender da aprovação de outras pessoas. E o adolescente dá prioridade à aprovação de sua turma em detrimento da aprovação de sua própria família. Pouca importância tem para ele saber que é estimado pelos pais quando se recrimina por algo que não consegue realizar ou conquistar ou, pior ainda, quando se sente rejeitado pelos amigos (TIBA, 1996).

Tanto a auto-estima essencial como a fundamental estão presentes em todas as atitudes. Conforme o estado - momentâneo ou de desenvolvimento - em que a pessoa se encontra, um mesmo fato pode alimentar ou desnutrir a auto-estima. Contudo, a orientação de um professor pode fazer o aluno sentir-se valorizado - *alimentação psicológica* ou diminuído - *desnutrição psicológica*, dependendo do estado da auto-estima do aluno.

1.1 O Professor e a Escola Diante da Indisciplina

Um dos fatores que mais estimula a indisciplina, ou a falta de consideração dos alunos a um professor é a falta de coerência entre o que o professor diz e o que ele faz, entre os valores que ele tenta transmitir aos alunos e os que ele mesmo vive.

Os valores e atitudes cultivados numa escola precisam ser incorporados por toda a equipe de profissionais; a incoerência entre a vivência desses valores pelos professores, pode-se transmitir aos alunos uma visão distorcida dos valores que a instituição cultiva.

Sabe-se, também que existem comportamentos que pela gravidade e transtornos que provocam nos demais podem prejudicar o andamento normal da

classe e o bom ambiente entre os alunos. Nessas ocasiões em que se põe à prova a qualidade humana e profissional, ofício do professor, importa e muito agir com acerto.

O mau comportamento é com frequência, consequência de condições desfavoráveis do mesmo ambiente escolar que está atuando sobre os alunos: locais e mobiliários inadequados, falta de unidade e critério dos professores e equipe da escola etc., e sobre eles devem centrar-se inicialmente a atenção antes de tomar medidas mais drásticas e também atuar com a família e com o próprio aluno.

Assim, o desrespeito à figura do professor é uma queixa constante. O aluno não reconhece a entrada do professor, que é obrigado a fazer “mágicas ou truques” para atrair a atenção da sala. Não diz obrigado. Levanta-se e interrompe a aula sem pedir licença. Mas a origem dessa indisciplina é familiar. Os próprios pais não respeitam os professores, isto é, não estimulam a gratidão ao professor; deixam seus filhos fazer tudo, não exigem respeito e não os ensinam a respeitar seus próximos.

Como não reconhecem que o professor os está ajudando, os alunos acham que ele atrapalha ao cobrar tarefas e, como consequência natural, tendem a hostilizá-lo.

Porém, o que percebemos em nosso dia-a-dia é que a família tem transferido à Escola essas obrigações, pois em casos de indisciplina chamamos os pais à Escola colocamo-los a par do que acontece na escola e o que ouvimos é: “[...] não sei mais o que fazer com o meu filho, [...] eu não aguento esta criança” (TIBA, 1996, p.18); é como se nós, então, professores fossemos obrigados a aguentá-los ou possuímos a receita para corrigir as falhas que a própria família deixou surgir.

Já, nos casos em que a indisciplina é coletiva, em que a maioria dos alunos de uma classe se comporta com irresponsabilidade, as raízes podem estar em diversas condições ambientais que estão atuando sobre a realidade escolar. Estas condições devem ser analisadas com objetividade e identificadas para que se possa tratá-las de modo adequado: As instalações são funcionais? O número de alunos na classe é muito grande? As atividades escolares são monótonas? Os profissionais atuam de modos muito diferentes demonstrando falta de integração entre si e entre as normas da escola? Acontece em todas as aulas ou apenas com um ou outro professor?

Soluções para os chamados problemas de *Indisciplina* deverão estar baseados numa análise exaustiva da situação, na reflexão, no diálogo e em técnicas que capacitem os alunos para o autocontrole e a responsabilidade por sua conduta.

1.1.1 A escola como foco da indisciplina: mudanças contemporâneas que afetam a escola e a educação

A escola é o lugar onde a indisciplina se mostra como um agravante ao desenvolvimento do processo pedagógico e interfere em toda a dinâmica do trabalho pedagógico, não só a assimilação dos chamados conteúdos atitudinais, mas a aprendizagem do aluno como um todo é prejudicado.

Hoje, as escolas estão vivendo um momento crítico, principalmente na questão da disciplina. Tal situação já persiste, e vem se agravando como podemos acompanhar pelos estudos e pesquisas levados a efeito nas mais diversas instituições acadêmicas do país.

De um lado, podemos dizer que na escola são vividos os problemas sociais: nossa sociedade está atravessando um período de turbulência no que diz respeito à violência, ao medo que se faz presente em longa duração, em todos os aspectos da vida social. Nesse cenário, a escola procura dar conta de seu papel de formar o aluno, preparando as novas gerações para exercer o comando ou para viver em sociedade.

Vários dispositivos legais são criados para fazer funcionar regras e leis como garantia de uma retaguarda ao desenvolvimento da criança. No entanto, a escola não está conseguindo dar conta dessa atribuição como deveria. Está descaracterizada, perdeu o eixo, conhecimento, tradição. E isso está causando um mal estar nos professores que se sentem impotentes frente a estas demandas, têm que preparar o aluno para a vida fornecer-lhe as ferramentas/conhecimentos com que poderá atuar para conduzir a civilização. Há a idealização de um futuro sem referências ao passado, sem uma aposta na criança. E, frente à magnitude do dever e falta de embasamento no passado, vê-se impedido de ensinar, vê-se em escolas que não conseguem segurar o aluno dentro da sala de aula, muito menos despertar e manter seu interesse pelos conteúdos curriculares específicos.

De outro lado, percebemos claramente que as medidas adotadas não têm atingido o alvo da questão, agindo mais como paliativo, para acalmar os ânimos no

momento das ocorrências de indisciplina. Indisciplina que, na atualidade, se apresenta não mais como um evento específico e esporádico, mas como um dos mais graves e generalizados obstáculos pedagógicos ao trabalho educativo com alunos de todas as idades.

Questão que se apresenta com uma série de produtos bastante díspares que vão desde os desentendimentos mais corriqueiros de se recusar a emprestar um simples material escolar ao colega, ao cúmulo de destratar e ofender professores, seja com palavras, seja com atos agressivos, como jogar bolas de papel em suas costas enquanto o professor escreve na lousa, colocar cola ou alfinetes em sua cadeira, acomodar a lata de lixo sobre a porta, a fim de que o conteúdo caia sobre o professor quando este adentrar a sala para ministrar sua aula. Referencia-se, ainda, os extremos de agressões físicas entre alunos e alunas durante as aulas, com professores dentro da classe, a destruição de cortinas e vidros da sala de aula, além dos armários e materiais escolares de outras turmas que ocupam a mesma sala em outro(s) período(s). A regra geral tem sido os alunos *não estarem nem aí* a cada aula e o professor precisar conquistá-los numa relação franca, amistosa, cordial. Perdeu-se a noção de que a posição mais elevada na hierarquia escolar é ocupada pelo conhecimento e não pela simpatia do professor, e relação que flui é impossível quando alguns perturbam a aula o tempo todo e até impedem os outros de assistir a essas aulas. Tais alunos não estão medindo força, mas antes, devolvendo o que a sua formação lhe proporcionou impedindo os demais de prestarem atenção e serem bons alunos.

1.2 O que é Limite?

De acordo com o dicionário de Francisco da Silveira Bueno (1986, p.659), *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, Limite significa “fronteira, baliza, linha de demarcação, termo, extremo, confim, meta”.

Segundo o professor Bottura Júnior (2003, p.24):

[...] que o limite entre os problemas de aprendizagem e os de indisciplina torna-se um tanto difuso - alguns comportamentos infantis ora são considerados sob uma rubrica, ora sob a outra [...] (afirmando) que, embora de uma forma não manifesta, há de fato no imaginário escolar um amálgama entre aprendizagem, disciplina e maturação psicológica.

Também causa estranheza o fato de que, quando a escola tem que justificar a reprovação de aluno que entrou com pedido de recurso na Diretoria da Escola, a fim de anular a referida reprovação e ser promovido para a série seguinte mesmo sem dominar os conhecimentos mínimos indispensáveis para a continuidade de estudos, não se pode sequer citar problemas disciplinares que prejudicaram o aproveitamento desse aluno, relacionando apenas questões de aprendizagem, como se estas estivessem totalmente separadas daquelas.

Nestes casos, muitas vezes, a Diretoria da Escola aprova o aluno que a equipe pedagógica reprovou alegando motivos irrelevantes, como o preenchimento incompleto ou insuficiente dos diários de classe por um ou mais professores, onde não está explícito que deram oportunidades de recuperação àquele aluno.

Com isso, o discurso pedagógico hegemônico premia alunos que não têm condições de acompanhar o conteúdo da série seguinte, sem perceber (será?) que está prejudicando a construção do conhecimento desse aluno e da classe em que ele frequenta as aulas, bem como que está desvalorizando os professores e a escola. Acrescente-se, ainda, que os reflexos da perda de recurso de alunos se fazem sentir por muito tempo no trabalho docente, uma vez que o professor, geralmente, fica inseguro e com medo de reviver a situação constrangedora. Em consequência, nos anos seguintes, aprova alunos sem condições, ou seja, que não dominam os conteúdos mínimos indispensáveis para a série posterior.

Os alunos, por sua vez, sentem-se “amparados” pela legislação, e reforçam as atitudes negativas de falta de estudo, de atenção, de disciplina.

Para Taille (1995, p. 396), *apud* Groppa Aquino (1996, p. 10):

[...] se entendermos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra estas normas; 2) o desconhecimento delas. No primeiro caso, a indisciplina traduz-se por uma forma de desobediência insolente; no segundo, pelo caos dos comportamentos, pela desorganização das relações.

No entanto, a escola não pode abrir mão da sua responsabilidade quanto à disciplina que, realmente, é um problema bastante complexo, pois envolve a formação da consciência do sujeito, de seu caráter e da cidadania.

Considerando a questão da organização do trabalho coletivo em sala de aula objetivando realizar a construção do conhecimento, podemos dizer que a disciplina que marcou a educação até os anos de 1980 deixou de ter sintonia em relação aos comportamentos dos tempos atuais, pois sabemos que cada época tem sua maneira própria de manifestar seus sintomas. O que muitos alunos de hoje fazem é desafiar os professores provocá-los, considerando-se vitoriosos por conseguirem que estes não dêem adequadamente suas aulas.

Pode-se dizer que, a indisciplina está aumentando a cada ano, e que às vezes o problema vem de casa. Os professores estão ficando perplexos, pois não tem o respeito dos alunos, e estão começando a desistir da profissão.

Mas, cabe salientar que, as escolas públicas e as privadas têm, na vida social, uma busca em comum: o bem público. Sem os valores sociais do trabalho e da iniciativa privada, não poderíamos afirmar, a rigor, que o Brasil se constitui em Estado democrático de Direito, isto segundo a Constituição Federal de 1988. Embora, a rede privada de ensino, conta com um número de alunos na educação básica cerca de 12,59% das matrículas, o que, aparentemente, é uma participação pequena, mas qualitativamente expressiva, se considerarmos que as categorias administrativas, federal, estadual e municipal são concorrentes, ou seja, no Brasil, não há ainda uma rede única de ensino público.

Diante dos desafios dos alunos de impedirem os professores de ministrarem suas aulas, é como se as escolas públicas zerassem, no produto final, assim, o fracasso repercute também negativamente no setor privado, porque o público e o privado pertencem à mesma sociedade. Da mesma forma, se as escolas privadas zeram ou fecham suas portas, há comprometimento social: menos vagas para os profissionais de ensino e menos opção para as famílias, em se tratando de serviço educacional. Isso só será óbvio quando a sociedade política, e não apenas a civil, vir, no setor privado, um segmento com fins sociais ou públicos, e não apenas a intenção de arrecadar dinheiro sem ministrar as suas aulas com dignidade.

Ocorrências nesse nível se dão, principalmente, em escolas que têm fama ruim, abrigando/atendendo alunos que não se deram bem em outras instituições. Eles já entram com uma auto-imagem negativa, agredindo/odiando a escola que os acolhe. E, se as regras não são aplicadas, se a escola desculpa demais os alunos, argumenta excessivamente com eles sobre o regulamento, mas não exige seu

cumprimento, esses alunos perdem as referências, os limites, e a violência aumenta, como algo que se retroalimenta.

Neste ponto, é importante considerarmos que faz parte do desenvolvimento dos alunos ir contra o professor e a escola; desafiá-los. Escola e professores é que precisam estar cientes de que os alunos estão num exercício de diferenciação, buscando autonomia, e agir de forma a explicitar a situação, evitando revolta ou apatia, o que é muito importante e revela maturidade. O oposto pode instalar a revolta ou apatia dissonantes, o que, em ambos os casos, não deixa o trabalho da escola avançar.

O que em especial dos professores, deseja é “uma disciplina ativa e consciente, marcada pelo respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, interação, participação, formação do caráter e da cidadania. E isto começa em casa, com os pais, que têm que transmitir o saber fazer à criança. Eles são os primeiros modelos. Com a falta de estrutura familiar acarretará em falta de afeto, falta de limites e problemas psicoemocionais (OLIVEIRA, 2002, p.10).

A ausência de orientação, de limites e de restrições no ambiente familiar costuma afetar a personalidade do aluno, tanto que a principal forma de enfrentamento para a indisciplina tem sido o encaminhamento do aluno aos gestores de escola, a fim de que a situação seja repassada para as famílias. Pois, o que a sociedade deseja é a disciplina ativa e consciente, marcada pelo respeito. E o respeito começa em casa, com os pais, que tem que ensinar a criança a respeitar o próximo.

Segundo Groppa Aquino (1996 40):

Se tomarmos o quadro dos últimos dez, quinze anos, muitas medidas têm sido adotadas, como a promoção automática, salas de apoio pedagógico, aulas de recuperação em turnos diferentes, encaminhamento de alunos para serviços psicopedagógicos, etc., e nem por isso constata-se melhora no panorama disciplinar que, ao contrário, agrava-se, pois a maioria das medidas tomadas não está produzindo os efeitos desejados. O que ocorre é que, cada vez mais, estamos nos afastando do eixo: conhecimento.

Considerar o que afirma esse autor significa acreditar que a indisciplina não é apenas um resultado pedagógico particular, mas também resulta do contexto sócio-histórico da escola e da sociedade.

Na década de 80, quando se convidava/obrigava um aluno a transferir-se da escola, os outros ficavam assustados/temerosos e a disciplina da instituição melhorava, pelo menos por um tempo. Hoje não é bem assim. Essa medida banalizou-se. Alunos e pais acham que têm o poder de reverter todas as decisões da escola, pois muitas vezes conseguem mesmo. Nesse ponto, há que se considerar que quando a escola decide qual aluno pode ficar e qual não, está fazendo a posição da lei encarnada, da mãe onipotente que diz: aqui essa criança não cabe. E a escola acaba assumindo um poder grande demais.

No entanto, uma coisa é a autoridade do professor e da escola, com base no conhecimento e na tarefa educativa, outra coisa é o autoritarismo. A autoridade é algo da própria estrutura do encontro entre um adulto e uma criança. Já se essa autoridade for fundada sobre bases ilegítimas, conduz ao autoritarismo e à injustiça. Devemos considerar, no entanto, que negar a autoridade em nome de igualdades forjadas conduz à hipocrisia nas relações humanas. Autoridade e Autonomia na Escola, diz que os dois perigos estão no campo da educação e que, por exemplo, se a escola negar toda e qualquer capacidade de discernimento e singularidade intelectuais aos alunos, ela se arvora o direito de arbitrar indiscriminadamente sobre cada uma de suas condutas - eis o autoritarismo - e, em caso de fracasso por parte deles, longe de questionar suas pretensões e seus métodos, ela incrimina aqueles que fogem da norma: são indisciplinados, preguiçosos, retardados - eis a injustiça. Todavia, se a escola negar que a relação professor/aluno é, por definição, assimétrica, uma vez que o primeiro sabe coisas que o segundo deseja ou precisa conhecer, ela, em nome de um igualitarismo de bom tom, paralisa-se e, por conseguinte, paralisa os jovens que a frequentam. Então deve-se evitar o autoritarismo, combatê-lo, mas lutar pela autonomia no processo educativo, na família e na escola.

Parece que não estão sendo tomadas as medidas adequadas, ou seja, mudam-se regras e regimentos, enfatizando a punição, quando deveriam ser incentivadas outras medidas, como fortalecer o corpo docente, instrumentalizando-o através de cursos/estudos/capacitação constante e adequada. Além de medidas legais coerentes, que não aprovem alunos sem condições.

Por isso é importante, também, estudar que as forças psíquicas não estão fincadas no corpo, mas nas palavras, e sofrem a operação do recalque, tornando-se inconscientes. O inconsciente produz suas formações, que são os sonhos, lapsos,

atos falhos, esquecimentos, chistes, sintoma. Devemos, pois, estudar a questão da disciplina na escola, embasada pela teoria e pesquisas psicanalíticas, uma vez que este é o problema mais apontado em um ambiente diário de trabalho como o responsável direto pelo mal estar dos educadores, que se sentem impotentes frente ao desafio que muitos alunos lhes dirigem, seja diretamente, respondendo com palavras ásperas e/ou debochadas às suas propostas de trabalho, seja boicotando indiretamente suas explicações, na medida em que monopolizam a atenção da maioria dos alunos da classe, impossibilitando o trabalho eficiente do professor que, com isso, sente-se perdido, num ambiente hostil.

O específico da escola, a aprendizagem da leitura e da escrita, a interpretação do mundo, o conhecimento, está cada vez mais distante da realidade diária de nossas escolas, e não apenas das públicas, como até a bem pouco tempo se dizia, mas também das particulares. O conteúdo específico cada vez mais empobrecido. O professor está numa situação bastante difícil, pois há uma inflação de tarefas às quais se pede que ele dê conta, como higiene, educação sexual, orientação contra o uso de drogas e álcool, etc., e isso não permite que ele faça todas as coisas que sabe e que é capaz de fazer. Ensinar raiz quadrada, por exemplo, só a escola pode fazer. Há certos conhecimentos estratégicos, os instrumentos básicos da cultura, que são peculiares à escola e que, se ela não fizer, nenhuma outra instituição faz, como a mediação entre a criança e o conhecimento acumulado pela humanidade, para que o aluno saiba distinguir o que é importante do que não é, e seja capaz de selecionar informações.

Os pais assumem um distanciamento do cotidiano da vida dos filhos no que diz respeito à escola. Para muitos, não participar acaba sendo mais interessante uma vez que têm outras atividades que não podem deixar de assumir. Para a escola, a ausência da família significa poder decidir sozinha, levando em conta seus próprios interesses. Assim surge a família ausente, ou seja, aquela que transfere algumas responsabilidades que seriam suas, para outros setores que acabam se ocupando, nem sempre de forma adequada, da educação da criança e do adolescente, como as escolinhas de esportes, centros musicais, academias esportivas, etc.

Há que se colocar, ainda, que a Psicanálise não propõe nenhuma mudança no interior do processo educativo; não diz o que deve ser feito, mas apenas alerta para o que não deve ser feito. Alerta-nos sobre métodos cientificistas que

adormecem nossa intuição para trabalhar com os alunos, pois pretendem fazer previsões e prescrições.

1.3 A Família e a Escola

Tanto a escola, no que se refere aos conteúdos formais, quanto à família, no que se refere à construção de valores, não deve deixar a criança sem respostas; é preciso ajudá-la a fazer “pontes”, entre sua curiosidade e os conteúdos formais e informais, que gerem conhecimento (TIBA, 1996).

A escola e a família precisam estar mais unidas quanto aos objetivos da Educação e atentas à construção de conceitos e valores. Ora, a escola deve se flexibilizar e seguir a criança; ora, deve se adiantar e abrir o caminho, ao mesmo tempo em que orienta.

A família, por sua vez, deve assumir melhor o seu papel na orientação dos afetos, cultivo de valores pessoais e sociais e não delegar à escola a sua função.

Juntas, família e escola são possíveis criar um ambiente modificabilizante; ou seja, um ambiente propício à mudança, sem medo do novo e sem gerar mal-estar ao docente e, conseqüentemente, aos discentes. Um ambiente de reconstrução contínua em prol da qualidade na Educação e nas relações humanas.

1.4 A Importância do Limite na Escola

Este capítulo abordará a disciplina definida como um processo educacional, e será tratado de duas formas diferentes e complementares. A primeira: pensar os limites como fronteiras a serem transpostas: onde a criança aprende a deixar de lado as satisfações imediatas, ou seja, deixa de querer tudo na hora e a segunda: pensar os limites como fronteiras que a criança deve construir para proteger sua intimidade e privacidade, com ajuda e estímulo do Gestor Escolar.

As crianças de hoje em dia não têm limites, não reconhecem a autoridade, não respeitam as regras, e a responsabilidade por isso é dos pais, que teriam se tornado muito permissivo. Quase todos parecem concordar com essa hipótese do *déficit moral* como explicativa da indisciplina.

Pois bem, esse tipo de entendimento da questão disciplinar, mais de cunho psicológico, merece pelo menos dois reparos, segundo Taille (2003, p. 12): “[...] o primeiro, com relação à ideia de ausência absoluta de limites e do desrespeito às regras; o segundo, sobre a suposta permissividade dos pais”.

Desse modo, se prestar um pouco de atenção nos alunos mais indisciplinados fora da sala de aula, num jogo coletivo, por exemplo, veremos o quanto às regras são muito bem conhecidas pelas crianças e adolescentes. Não é nada estranho a um adolescente a vivência de uma situação qualquer de acordo com regras muito bem estabelecidas, rígidas na maioria das vezes.

Assim como, num jogo ou brincadeira, alguém não cumpre aquilo que foi acordado previamente entre os participantes, e este assim considerado *desviante* ou *infrator* é severamente punido ou mesmo expulso do jogo. No limite, pode-se afirmar que um *poder* infantil é nitidamente *despótico*, porque não prevê jurisprudências, prerrogativas, maleabilidade.

Nesse sentido, as crianças, quando ingressam na escola, já conhecem muito bem as regras de funcionamento de uma coletividade qualquer, mesmo porque elas são inerentes a qualquer tipo de atividade humana, a qualquer tipo de relação grupal.

Desta forma, não se pode sustentar, nem na teoria nem na prática, que as crianças “padeçam” de falta generalizada de regra e de limite, embora esta ideia esteja muito disseminada no meio escolar. Ao contrário, a inquietação e a curiosidade infantis ou do jovem, que antes eram simplesmente reprimidas, apagadas do cotidiano escolar, podem hoje ser encaradas como excelentes ingredientes para o trabalho de sala de aula.

Não é evidente que quanto mais engajado o aluno estiver nas atividades propostas, maior será o rendimento do trabalho do professor? E que quanto maior for à reapropriação das regras da matemática, da língua ou das ciências, maiores serão o aproveitamento e o prazer em aprendê-las? Uma vez de posse da “mecânica” de determinado campo de conhecimento, como questões matemáticas, gramática, ciências e artes, etc., o pensamento do aluno parece seguir com maior rapidez e plasticidade.

Pois bem, assim a falta de limites da criança e do jovem refere-se à suposta permissividade dos pais que, por sua vez, estaria criando obstáculos para o professor em sala de aula. Segundo os professores, a família, em certa medida, não

estaria ajudando o trabalho do professor, pois as crianças seriam frutos da "desestruturação", do "despreparo" e do "abandono" dos pais. E mais ainda, os professores teriam se tornado quase "reféns" de crianças tirânicas, deixados à mercê de crianças "sem educação".

É muito comum imaginarmos que "criança mal-educada em casa" converte-se automaticamente em "aluno indisciplinado na escola", nem sempre é necessariamente verdadeiro. Não é possível generalizar esse diagnóstico para justificar os diferentes casos de indisciplina com os quais deparamos. Além disso, há uma evidência de que os mesmos alunos indisciplinados com alguns professores podem ser bastante colaboradores com outros. Precisamos, pois, recuperar alguns consensos quanto às funções da família e da escola, distinguindo claramente os papéis de pai e de professor (GROPPI AQUINO, 1996, 49).

Família e escola não são a mesma coisa, e uma não é a continuidade natural da outra; porque se assim o fosse, também o inverso da equação acima deveria ser igualmente plausível. Ou seja: "aluno indisciplinado na escola" converter-se-ia em "filho mal-educado em casa".

1.4.1 Limites como fronteiras a serem transpostos

Tiba (1996, p.62), no passado, o limite

[...] era castrador e o castigo, corporal. A palavra limite não se restringe somente às potencialidades físicas da criança e sua atuação no grupo. O significado se estende até a tolerância em relação à frustração e a aceitação das regras coletivas. É importante destacar que a criança adquire a noção de limite por meio do auto-conhecimento e não pelo parâmetro do outro. Os pais podem atuar proporcionando condições para que ela adote uma disciplina própria.

Senso, segundo o dicionário de Francisco da Silveira Bueno (1986, p.1042), *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, Senso significa juízo claro; ato de raciocinar; circunspeção; sentido; direção e prudência.

Para Tiba (1996, p. 72),

Não adianta ter bom senso. É preciso informação e conhecimento, é preciso praticar ser pai. Não é só o bom senso, pois o bom senso leva ao que está acontecendo, que é o filho ser uma colcha de retalhos de educação e não o resultado de um projeto educativo.

Cada hora se faz de um jeito e os pais pensam que acertaram, mas no fundo ainda estão fazendo cada um de uma forma: o pai, a mãe, a avó, a babá - e ainda querem que os filhos tenham equilíbrio. Deve haver um planejamento, um projeto educativo. A educação é um projeto, é algo que tem um caminho, que não pode ser simplesmente de qualquer forma. Deve ser muito elaborada, pois é o futuro do filho e da família que estão em jogo [...].

Limites e bom senso são duas palavras que combinam entre si, mas que necessitam de uma dose de boa vontade e conhecimento para celebrarem essa união. O limite esclarece e encaminha para o bem agir.

Segundo Taille (2003, p.12), o limite remete:

[...] à ideia de fronteira, de linha que separa territórios. Se existe um limite, é porque há pelo menos dois continentes, concretos ou abstratos, separados por essa fronteira. O 'limite de meu jardim está ali', significa dizer que, além dele há algo que não é mais meu jardim. 'Atingi o limite de idade' significa dizer que, atingida essa idade, há coisas que não posso ou não me deixam mais fazer. Os dois exemplos nos remetem à ideia de restrição: o lado de lá do limite é negativo, o que não é meu, o que não posso fazer.

Porém, a ideia de fronteira remete-nos também à ação de transpor, de ir além. Aquilo que hoje me limita pode ser ultrapassado amanhã. Portanto, limite não deve ser pensado apenas como ponto extremo, como fim, como limitação. Não há dúvida de que esse é um de seus significados, mas apenas um lado da fronteira. Limite significa também aquilo que pode ou deve ser transposto. Toda fronteira, todo limite separa dois lados. O problema reside em saber se o limite é um convite a passar para o outro lado ou, pelo contrário, uma ordem para permanecer de um lado só. Enfim, na vida, e na moralidade, as duas possibilidades existem: o dever transpor e o dever não transpor.

Desta forma, a criança precisa construir e aprender a defender, pois desde a mais tenra idade, o ser humano experimenta o limite, exemplifica Taille (2003, p.13).

[...] um bebê de 6 meses, na postura de quatro, tentando ainda em vão, engatinhar: ele move o corpo com gestos bruscos, resmunga, demonstra mau humor, o que deseja é deslocar-se para a frente e não consegue, eis o seu limite. Mas ele insiste, experimenta vários movimentos até que, finalmente, ultrapassa a fronteira e engatinha. Alguns meses mais tarde, cena semelhante se repete quando ele tenta andar. Anos mais tarde, vemos essa criança orgulhosa por conseguir participar da vida dos adultos, ajudando em casa; mais tarde ainda, vemo-la impondo fronteiras para proteger sua

intimidade, demonstrando pudor e recato e exigindo ser tratada como “gente grande”

Assim, durante toda a infância, assistiremos a cenas desse tipo, nas quais a criança procura fazer algo ainda difícil devido às limitações de sua idade. Essa é a mola afetiva do desenvolvimento: ampliar os horizontes, ter êxito no que era antes impossível, compreender coisas antes inexistentes ou misteriosas, impor a própria individualidade - transpor limites.

Segundo Taille (2003, p.15, “[...] desenvolver-se é superar limites, transpô-los. Permanecer infantil é justamente sucumbir, seja à distância, seja à dificuldade da travessia, seja ainda aos mistérios inquietantes que escondem”).

Em outras palavras, educar uma criança, longe de ser apenas impor-lhe limites, é, antes de mais nada, ajudá-la cognitivamente e emocionalmente a transpô-los, ir além deles, pois a criança não deseja nada além do que não ser mais criança.

Entretanto, a educação em vez de ajudar a transpor limites, às vezes a mantém no seu estado infantil. Explicando melhor, às vezes aproximamos a cultura da criança ao invés de aproximar a criança da cultura, isto significa que, o adulto não deve engatinhar, pois é a criança que deve andar. “[...] Mas, se todos à sua volta engatinham, ou fazem de conta que engatinham que motivo ela terá para se levantar?” considera Taille (2003, p.15)

Ainda o mesmo autor Taille (2003, p.15:

Devemos partir dos conhecimentos espontâneos dos alunos, sim; procurar fazer com que cada passo da aprendizagem seja significativo, sim; porém, deduzir dessa pedagogia que se deve esconder o mundo adulto das crianças, preservá-las de sua complexidade ou deixar a cultura tal como ela é do lado de fora da sala de aula, não. Fazê-lo equivaleria a reforçar os limites que as separam deste mundo, em vez de encorajá-las a aventurar-se para além deles. E o resultado pode ser lastimável em vários níveis.

Contudo, o professor não deve abstrair o que a criança já sabe ou acredita saber, pois ele estaria humilhando seus esforços. O professor deve respeitar a inteligência infantil, pois do contrário em vez de ser um limite à criança para que transponha limites, torna-se um reforço para que permaneça no seu mundo, que passa a pensar que este é o centro do universo.

Finalmente, notamos que tais restrições de horizontes não provêm essencialmente de uma falha pedagógica, mas é reflexo de uma sociedade ela mesma asfisiada por inúmeros limites e desestimulada a transpô-los.

Para Taille (2003, p.34) transpor limites:

[...] como crescimento, como múltiplas passagens da infância para a idade adulta, significa tornar-se mais madura. O conceito de excelência não se restringe à questão da maturidade, mas situa-se na esfera do melhor, do ideal, da perfeição. A criança pode querer ser excelente no que faz não como um adulto faria, mas, sim, da melhor forma possível para a sua idade.

Portanto, a busca da excelência pode nos acompanhar a vida toda e é a clara tradução de uma procura eterna de superação de limites. A excelência está presente em todas as culturas. Os homens independentemente de raça, cor, sexo, necessitam sentir admiração por obras e pessoas, desde que sem distribuição de privilégios. Ocorrendo tal ação, seria um atentado a democracia, e principalmente a cidadania.

Conforme Dahrendorf (1997, p. 107), *apud* Taille (2003, p.35), “[...] eliminando-se a excelência, o que se conseguirá é não apenas a mediocridade generalizada, mas, o que é pior, uma mediocridade complacente”.

A verdadeira excelência deve ser justa, a fim de manter as sociedades abertas e capazes de mudanças, e ao mesmo tempo fornecer inovações e estabelecer padrões. Neste sentido, a excelência oferece um senso de direção e opções. Algumas pessoas tendem a ser mais exigentes a respeito de si próprias que outras, dando rumo para a vida, para as condutas.

Segundo Adler (1938, p.39), *apud* Taille (2003, p. 38), “[...] as crianças mimadas sentem-se sempre ameaçadas e em país inimigo quando se encontram fora do círculo onde são mimadas”.

Assim, para ele, muitas neuroses adultas provêm de uma infância “mimada”, no sentido mais objetivo: sem limites. Este sem limites significa que a criança em tudo é o centro das atenções, admirável, e conseqüentemente ela constrói uma auto-estima totalmente artificial. Ao ter contatos com pessoas estranhas a seu círculo familiar, em geral pouco inclinada a elogios gratuitos, venha a sofrer um choque que poderá levá-la à neurose. Assim, ao invés de levar a criança a superar seu “complexo de inferioridade”, o excesso de mimo é uma das mais eficientes

formas de reforçar tal complexo. A partir do momento que é reforçado no seu narcisismo, a criança acaba por se considerar perfeita, ótima e sofre quando outras instâncias sociais lhe vêm de outra maneira, resultando em total infelicidade. Por exemplo: uma professora ao trabalhar a auto-estima dos alunos, pede a eles para escrever “Eu sou genial!”, “Eu sou ótimo! “, para Adler (1938, p. 40), *apud* Taille (2003, p. 39), “[...] aqui mora o perigo da artificialidade dessa prática”.

A criança sente que não tem limites a serem transpostos, pois sua excelência inata é a garantia de que todos os outros ficaram para trás.

Em síntese, o excesso de mimo ou a atribuição artificial e gratuita de auto-estima levam a criança em direção oposta a excelência e a “humilhação significa reforçar esses limites”.

Como educadores, como os pais, falhamos em estimular a criança a procurar a separação, a tentar alcançar o lado de lá de seus atuais limites, a dar valor a excelência; não deixamos à criança transpor os limites naturalmente. Assim, ocorre a artificialidade de ações, que resultará na infelicidade. Devemos apenas dizer a criança, que ela pode, ela consegue tal atividade, mas nunca dizer que ela é a melhor, o máximo, a sensação das crianças.

E mais, aquela que consegue sentir-se, perto da excelência e se sente recompensado pela qualidade de seus feitos, que realmente gosta do trabalho bem feito, enfim, que procura superar-se, fazer melhor, transpor, na medida do possível, seus próprios limites, costuma viver melhor consigo mesmo e com os outros.

Para a autora psicopedagoga Parolin (2009, p.15):

Nós educadores, necessitamos desenvolver práticas que estimulem nossos alunos e filhos a transporem os limites com dignidade, respeito e conhecimento e, para isso, necessitamos formar nossas crianças dando-lhes os limites necessários. Tem sido a escola a grande parceria da família nesse processo.

Enfim, o limite é o espaço de ação da criança e do adolescente, ou seja, a validação do adulto em relação a comportamentos, atitudes e sentimentos próprios de cada fase. Diferente do que permeia o senso comum, dar limites não está vinculado só ao não, mas também, às possibilidades.

1.4.2 Limites como fronteiras

Ao pensarmos os limites como fronteiras a serem transpostas, seja em direção à maturidade, seja a excelência, a maioria das crianças de hoje na verdade é sufocada por tantos limites; são convidados a permanecer em seu 'mundo' infantil ou adolescente, são desestimulados a valorizar e procurar a excelência e auto-respeito. Se os entendermos como fronteiras que não devem ser transpostos, é em geral correto afirmar que lhes faltam limites. São, portanto, as duas faces de uma mesma moeda: frequentemente é a mesma pessoa que não transpõe os limites a serem superados e que atravessa aqueles a serem respeitados.

Como nos retrata Sigmund Freud (1971, p. 65) *apud* Taille (2003, p. 52), “se há proibição, é porque há desejo”. Toda menina e menino que começa a andar, ou um bebê que põe tudo na boca correm perigos constantes nas fases de evolução. Assim, desde cedo o bebê inicia sua liberdade em relação às leis físicas. Todavia, os limites restritivos que levantam sérias questões políticas, éticas, existenciais, são os normativos, aqueles que a sociedade resolve criar e impor. As pessoas não podem ouvir música no mais alto volume em plena madrugada, mas por que não? As leis da física permitem, mas as leis dos homens, não. Mas em nome do que se deve respeitar isto? Aqui se inicia a grande questão da legitimidade dessas leis. Nós entramos nesse universo de normas e atritos desde a mais tenra idade. Em síntese, os limites físicos colocam a dimensão do impossível, os limites normativos colocam a dimensão do proibido.

Portanto, educar, civilizar a criança, deveria ser antes reforçar as tendências pró-sociais e não reprimi-las. A colocação de limites, no sentido restritivo do termo, faz parte da educação, do processo civilizador e, portanto, a ausência total dessa prática pode gerar uma crise de valores, uma volta a um “[...] estado selvagem em que vale a lei do mais forte” (TAILLE, 2003, p.53).

O problema da liberdade não se restringe às limitações inevitáveis a quem vive em sociedade.

Para Taille (2003 p. 54-55):

[...] individualismo é a afirmação de que o maior de todos os valores é o homem e que, portanto, nunca devemos sacrificá-lo em nome de algo superior, já que não existe nada superior. O individualismo

afirma a preciosidade da igualdade e da liberdade. Um bom exemplo encontra-se na liberdade de imprensa: os jornais podem dizer tudo, mostrar tudo. Os famosos paparazzi têm direito de correr atrás das personalidades e publicar as fotos mais indiscretas? A morte da Princesa Daina colocou essa questão de maneira trágica. As televisões podem mostrar os filmes que quiserem, na hora que quiserem, com as cenas que quiserem, ou devem sofrer restrições? E, admitindo-se restrições, devem elas advir da sociedade civil organizada ou de leis criadas pelo estado, como a censura Taille (2003, p.54-55).

Os limites restritivos devem ser pensados em função de bem-estar e do desenvolvimento dos indivíduos. E conseqüentemente devem ser pensados em função do bem-estar dos outros membros da sociedade. As pessoas devem desenvolver com total rigor a não ultrapassagem de alguns limites e saber trabalhar o medo de outros. Aquelas que conseguem tal feito podem se considerar verdadeiros mestres, sendo que há pessoas que nunca conseguem. Como escreve Aristóteles (1965, p.60), *apud* Taille (2003, p. 58), “[...] foge do excesso e da falta, procura a boa média e lhe dá preferência”.

A existência de alguns limites restritivos faz parte da “vida boa”, e mais que eles são necessários para alcançá-la e usufruí-la. E cabe à educação ajudar as crianças a construir e valorizar tais limites.

De acordo com Taille (2003 p. 63-64):

[...] devemos ou não, impor limites à realidade dos desejos das crianças? A resposta é afirmativa se pensarmos nos desejos que, claramente são contraditórios com o bem-estar físico, ou seja, com a saúde, como por exemplo: pais deixam de impor certas rotinas de higiene, como escovar os dentes, tomar banho, não comer determinados alimentos ou não abusar deles, etc., enfrentando assim as vontades das crianças que, em geral, as levaria a condutas fisicamente perigosas. Existem várias outras situações que levam ao enfrentamento, como assistir a vários programas de televisão, praticar determinado esporte, abandonar os estudos, andar com determinados amigos, mudar de escola, etc. Estes exemplos se referem a várias idades, pois o dilema de colocar ou não limites não apenas na educação de crianças pequenas. A não-colocação de limites pode tanto ser prova de humildade como de descompromisso em relação aos filhos e ao futuro do mundo. Hoje, muitos jovens acabam se queixando da posição de seus pais e educadores, o que poderia ser interpretado como generosidade libertária acaba sendo visto por eles como simples ausência.

Em síntese, hoje tendemos a reconhecer que a criança e o jovem têm mais capacidades e talentos do que se queria admitir antigamente. Daí uma maior atenção às ideias e vontades infantis e adolescentes e o medo de ignorá-lo ou reprimi-las.

A esse fato, acrescenta-se outro, da maior importância, segundo Zweig (1944, p.53), apud Taille (2003, p.66),

[...] o mundo de antigamente não sofria transformações tão bruscas e rápidas como hoje. Um pai ou um professor podiam prever razoavelmente em que mundo os jovens viveriam e prepará-los para ele. Hoje, ocorre exatamente o contrário: os adultos sabem que o mundo de amanhã poderá guardar poucas semelhanças com o atual. Assim, concluem, com razão, que elas devem, o mais cedo possível, aprender a encontrar seus próprios caminhos numa sociedade em constante mutação.

Portanto, a maior liberdade que hoje se dá aos mais jovens justifica-se plenamente. Ao se conterem na colocação de limites, pais e educadores dão mostras de conhecimento de Psicologia Infantil, de humildade e de consciência da nossa pouca capacidade de prever o futuro da humanidade. Portanto, voltar à imposição de mil e um limites, a uma educação puramente restritiva, seria um triste retrocesso.

CAPÍTULO II - O GESTOR ESCOLAR AUXILIANDO O PROFESSOR NA QUESTÃO DE LIMITES

Este segundo capítulo relata a questão da Indisciplina que é susceptível de múltiplas interpretações. O próprio conceito de Indisciplina, como toda criação cultural, não é estático, uniforme, nem tampouco universal. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade: nas diversas classes sociais, nas diferentes instituições e até mesmo dentro de uma mesma camada social ou organismo.

Desta forma, um aluno ou professor indisciplinado é em princípio alguém que possui um comportamento desviante em relação a uma norma explícita ou implícita sancionada em termos escolares e sociais. Estes desvios são, todavia denominados de forma diferente conforme se trate de alunos ou de professores. Os primeiros são apelidados de indisciplinados, os segundos de incompetentes.

Dentro deste contexto muitas pessoas sentem-se inseguras quanto ao seu futuro e ao das crianças, não sabendo em quem e no que acreditar. Pais não têm certeza de como educar. Consideram ultrapassados os valores transmitidos pela tradição e se vê indecisos em saber qual o melhor caminho a seguir. As crianças e adolescentes resistem em respeitar os limites que visam a assegurar uma convivência verdadeiramente democrática e, em alguns casos, reina uma falta de compromisso com tudo e com todos.

No contexto escolar, os professores também estão em dúvida sobre quais caminhos seguir. Os alunos perderam o respeito pelas pessoas, que já tentaram de tudo e não sabem o que fazer. Desse modo, manifestam que os bons valores de outrora estão sendo desconsiderados e analisam tal fenômeno como plena crise de moralidade. Essa situação traduz uma ótica pessimista e nos conduz, inevitavelmente, a uma reflexão sobre os valores morais e a ética do cotidiano escolar.

Sem dúvida, as mudanças contemporâneas são motivos que fazem da ética tema de interesse para vários segmentos. A palavra ética está presente nos jornais, nas rádios, na TV, nas livrarias e adentrou também o contexto escolar por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). A ética tornou-se tema transversal indicado para compor a formação do aluno. Pensar a ética no contexto escolar é hoje, pois, uma exigência de lei, que tem por objetivo problematizar valores e regras, visando ao desenvolvimento moral.

Porém, é preciso saber de qual ética realmente se fala no cotidiano escolar. Os professores teceram várias explicações para a origem e motivos da indisciplina. A grande maioria atribui as causas da indisciplina a fatores externos à escola. Dizem, por exemplo, que o comportamento indisciplinado vem da família que não soube educar, é consequência da violência transmitida pelos meios de comunicação, vem da condição de pobreza dos alunos e do uso de drogas. Uma parcela bem menor de professores atribui a indisciplina a fatores internos ao contexto escolar, como, por exemplo, problemas da escola e falta de preparo do professor.

Desse modo, a escola e os professores não podem fazer nada, se vêm desprovidos de mecanismos de atuação e sentem-se isentos de cumprir o seu papel de facilitadores do processo de constituição do sujeito-aluno. Assim, movidos pelas incertezas provocadas pelas mudanças contemporâneas, os professores reforçam uma concepção de escola instrucional, muito distante de uma escola formadora necessária à constituição de alunos que saibam lidar com as tendências, diversidades e complexidade de um mundo globalizado.

Atualmente um aluno, mesmo sem frequentar a universidade, pode permanecer três anos na pré-escola, oito anos no ensino fundamental e três anos no ensino médio. São, no mínimo, quinze anos de escolarização. Considerando todo

esse tempo que o aluno passa na escola, não seria o caso de admitir que muitos aspectos organizadores da indisciplina fossem produzidos no próprio contexto escolar? Além disso, é preciso indagar se a indisciplina é constituída apenas por aspectos negativos.

Do ponto de vista da construção sócio-histórica da infância, a indisciplina sempre existiu. Do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento ela é, inclusive, necessária para a superação de limites impostos pelos adultos, até porque nem sempre os adultos estão corretos em suas concepções. Imaginem se nós não tivéssemos sido indisciplinados com as ditaduras instauradas no Brasil no século passado. Provavelmente ainda estaríamos vivenciando um regime extremamente autoritário.

O fato é que a disciplina e a indisciplina são dialeticamente constituintes das relações humanas e da dinâmica das instituições. Então, por que situá-las como algo externo e que não faz parte das relações interpessoais escolares? A disciplina que atualmente perpassa o meio escolar, como em décadas passadas, ainda está direcionada apenas ao desejo do professor de obter comportamentos de obediência dos alunos. Está dirigida ao um respeito unilateral, que tem como finalidade obter a tranquilidade da sala de aula, o silenciamento e a passividade do aluno. Qualquer variação ao respeito unilateral é interpretada como ato indisciplinado e negativo. Diante desse quadro, o que fazer?

Consideramos que é preciso reorientar o debate para uma visão inclusiva da indisciplina no contexto escolar. Para uma análise mais completa e ampla sobre a indisciplina precisamos considerar muitas variáveis presentes nessa realidade. É preciso levar em conta os aspectos culturais, econômicos, institucionais e psicológicos envolvidos nessa questão.

Segundo Tiba (1996, p. 117), “[...] muitos motivos podem levar um aluno à não se comportar de forma adequada em atividades que necessitam de uma integração funcional com outras pessoas”.

Entretanto, sabemos também que não é possível, num passe de mágica, alterar a escola e as representações que os professores fazem a respeito da disciplina e da indisciplina no contexto escolar. Contudo algumas ações estão ao alcance imediato dos educadores. Nesse sentido, com a intenção de promover aquilo que denominamos de visão inclusiva da indisciplina, vamos apontar dois

aspectos que consideramos importantes de serem relevados, segundo Vasconcellos (2006, p. 97):

1º A construção da disciplina e da indisciplina das crianças está diretamente relacionada à tomada de consciência das regras sociais. Tal afirmação implica a necessidade de compreendermos as relações entre a construção do pensamento e a internalização dos limites e das regras sociais pelas crianças e adolescentes no contexto educacional contemporâneo. Sabemos que os limites estabelecidos pelos adultos são fundamentais para a organização do mundo do sujeito. As regras provocam a reflexão para a tomada de consciência e promovem a prospecção do pensamento e dos desejos. Promovem a reorganização funcional do sujeito. As crianças reorganizam-se cognitivamente e afetivamente ao compreenderem, negarem ou tentarem superar as regras. Ao negá-las e superá-las, alguma forma de *Indisciplina* sempre esteve presente no desenvolvimento humano.

2º Os conflitos são inerentes às relações interpessoais e são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico.

A indisciplina gera conflitos. É preciso admitir o conflito no contexto escolar. Analisá-lo e torná-lo mais transparente são formas de possibilitar uma convivência institucional democrática e adequada à síntese reversível e crítica. Analisar um conflito supõe analisar os elementos que o compõem, suas causas e não apenas os motivos aparentes que permitiram sua manifestação. Não é papel do professor camuflar um conflito, mas sim possibilitar estratégias que possam propiciar aos alunos o debate e o levantamento de hipóteses para a resolução do conflito.

Fato relevante é que, se a indisciplina produz efeitos negativos em relação à socialização e ao aproveitamento escolar dos alunos, produzem, na mesma proporção, efeitos negativos em relação aos docentes, como o desgaste provocado pelo clima de desordem, tensão e perda do sentido de eficácia, especialmente quando estes não estão orientados por uma concepção, um método, uma ferramenta eficaz para o enfrentamento do problema.

Entretanto, apesar de ser considerada como um problema, a in/disciplina pode nos dar uma pista e um novo olhar sobre o ambiente escolar para avançarmos no encaminhamento das questões pedagógicas e institucionais.

Embora, a Indisciplina, é conflito e/ou violência? A indisciplina pode implicar violência, mas não é necessário que esta ocorra. É neste sentido que alguns autores, como Áurea M. Guimarães (1992, p.51), *apud* Groppa Aquino (1996, p.73), distinguem vários níveis de indisciplina, tais como:

[...] Perturbação pontual que afeta o funcionamento das aulas ou mesmo da escola.

- Conflitos que afetam as relações formais e informais entre os alunos, que podem atingir alguma agressividade e violência, envolvendo por vezes, atos de extorsão, violência física ou verbal, roubo, vandalismo, etc.

- Conflitos que afetam a relação professor-aluno, e que em geral colocam em causa a autoridade e o estatuto do professor.

- Vandalismo contra as instituições escolares, que muitas vezes procura atingir tudo aquilo que ela significa.

Esta hierarquia tem sido contestada, na medida que conduz à naturalização das formas mais elementares de indisciplina (as perturbações), assumindo-as como inevitáveis. A ideia que acaba por passar é que só se coloca o problema da indisciplina quando existem agressões a colegas ou professores, a destruição ou roubo de escolas, etc.

Desta forma os alunos são indisciplinados por natureza ou porque as circunstâncias os estimulam a assumirem comportamentos desviantes? A esse respeito pode-se distinguir duas correntes teóricas fundamentais, considera Ferreira de Araújo(1996, p.84), apud Groppa Aquino (1996, p.103):

[...] Uma afirma que a indisciplina é uma tendência natural de todo o ser humano, está inscrita no seu código genético. O Estado, a educação e a cultura, atuam como freio destes impulsos anti-sociais.

Outra corrente sustenta que a natureza humana é uma espécie de recipiente vazio, pronto a ser preenchido pelos estímulos que recebe do exterior. Conforme a natureza destes estímulos assim será a criança, o adulto. As circunstâncias determinam aquilo que cada homem é. A contrapartida desta visão igualitarista, sustentada pela primeira vez pelos sofistas, foi o aparecimento de uma multiplicidade de métodos e técnicas para dar forma à natureza do homem.

Entre uma e outra corrente, existem uma multiplicidade de teorias que procuram articular o “inato” com o “adquirido”, o “biológico” com o “social”.

Pode-se afirmar que as manifestações de indisciplina, nas suas formas mais elementares tornaram-se uma rotina para qualquer professor. Exemplos de dois níveis de casos de indisciplina nas salas de aula:

a) Frequentes:

- Apatia do grupo.

- Cochicho.

- Troca de mensagens e de papelinhos.
- Intervalos cada vez maiores.
- Exibicionismo.
- Perguntas feitas de forma a colocar em causa o professor, ou a desvalorizarem o conteúdo das aulas.
- Discussões frequentes entre grupos de alunos, de modo a provocarem uma agitação geral.
- Comentários despropositados.
- Silêncios ostensivos.
- Entradas e saídas "justificadas".

b) Excepcionais:

- Agressão a colegas.
- Agressão a professores.
- Roubos.
- Provocações sexuais, racistas, etc.

De acordo com José e Coelho (1999, p. 37), “o primeiro nível está hoje amplamente generalizado, o segundo está em crescimento”.

Não é fácil fazer o inventário das causas da indisciplina nas escolas. O seu número não pára de aumentar, quase sempre suportada nos dias que correm numa sólida argumentação científica. São consideradas como causas: família, alunos, grupos e turmas, escola, programas, regulamentos disciplinares, professores.

1. Família

As causas familiares da indisciplina estão à cabeça, isto significa que, as causas estão intimamente ligadas ao desaparecimento ou a diminuição da importância de certos valores morais onde os pais não conseguem fazer com que seus filhos entendam o que sejam valores essenciais à boa convivência em grupo e não coloca uma rotina com regras, o que dificulta a vida do aluno dentro da escola.

Segundo Felipe (2004, p. 34):

É aí que os alunos adquirem os modelos de comportamento que exteriorizam nas aulas. Em tempos a pobreza, violência doméstica e o alcoolismo foram apontados como as principais causas que

minavam o ambiente familiar. Hoje se aponta o dedo também à desagregação dos casais, droga, ausência de valores, permissividade, demissão dos pais da educação dos filhos, etc. Quase sempre os alunos com maiores problemas de indisciplina provêm de famílias onde estes existem. A novidade está, contudo na participação direta dos pais na violência que ocorre nas escolas. Impotentes para lidarem com a violência dos próprios filhos, muitos pais apontam o dedo aos professores que acusam de não os saberem "domesticar". Frequentemente estimulam e legitimam a sua indisciplina nas escolas. Alguns vão mais longe e agridem professores e até mesmo os funcionários.

2. Alunos

O que faz com que um aluno seja indisciplinado? É preciso dizer que muitas vezes as razões de fundo não são do foro da educação. Em muitos casos tratam-se de questões que deveriam ser tratadas no âmbito da saúde mental infantil e adolescente, da proteção social ou até do foro jurídico. O grande problema é que muitas vezes as escolas não conseguem fazer esta triagem. Tentam resolver problemas para os quais não estão preparadas ou nem sequer são da sua competência.

Todos os alunos são potencialmente indisciplinados, porque a escola é sempre sentida como uma imposição por parte do Estado ou da família. É por isso que as aulas são locais de constrangimentos e de repressão de desejos. Nesta perspectiva o que acaba por diferenciar os alunos entre si é a atitude que assumem perante estas obrigações.

De acordo com Felipe (2004, p.40):

[...] numa classificação de inspiração weberiana são distinguidos três tipos de alunos:

1. Obrigados-satisfeitos: uma minoria que se conforma às exigências que a escola lhes impõe.
2. Obrigados-resignados: A maioria que se adapta ao sistema procurando tirar partido da situação, atingindo dois objetivos supremos: "gozar a vida" e "passar de ano".
3. Obrigados-revoltados: uma minoria inconformada (ou maioria conforme as circunstâncias socioeconômicas do meio). Da família à escola e desta à sociedade colocam tudo em causa: valores, normas estabelecidas, autoridade, etc.

3. Grupos e Turmas

O grupo, enquanto conjunto estruturado de pessoas tem uma enorme importância nos processos de socialização e de aprendizagem dos adolescentes. A

sua influência acaba por ser decisiva para explicar certos comportamentos que os jovens demonstram e que são resultado de processos de imitação de outros membros do grupo.

Conforme Felipe (2004, p.38):

[...] certas manifestações de indisciplina, não passam muitas vezes de meras manifestações públicas de identificação com modelos de comportamento característicos de certos grupos. Através delas os jovens procuram obter a segurança e a força que lhes é dada pelos respectivos grupos, adquirindo certo prestígio no seio da comunidade escolar. Nada que qualquer professor não conheça. A turma é também um grupo, sem que, todavia faça desaparecer todos os outros aos quais os alunos se encontram ligados dentro e fora da escola.

Ou seja, numa sociedade em que os grupos familiares estão desagregados, o seu espaço é cada vez mais preenchido por estes grupos formados a partir de interesses e motivações muito diversas.

4. Escola

A excessiva dependência do Ministério da Educação tende a reduzir os que nela trabalham a meros executantes, sem capacidade de resposta para a multiplicidade de problemas que enfrentam segundo Amaro (2005, p.56):

[...] No passado o contributo dado pelas escolas para a indisciplina assentava na questão da seleção que operavam. As escolas eram acusadas de discriminarem os alunos à entrada e na constituição das turmas. A fazê-lo, criavam focos de revolta por parte daqueles que legitimamente se sentiam marginalizados. A questão ainda é colocada, mas não com acuidade que antes conheceu. Os contributos da escola para a indisciplina são agora outros.

Há muito que a escola deixou de ter um papel integrador dos alunos. Embora seja um espaço onde estes passam grande parte do seu tempo, nem sempre nela chegam a perceber quais são os seus valores, regras de funcionamento, etc.

5. Programas

A motivação é um dos fatores fundamentais da aprendizagem.

Segundo Amaro (2005, p.57):

[...] para que a motivação exista nas escolas é necessário que os programas sejam próximos da realidade vivenciada pelos alunos e com temas agradáveis. Tudo o não passe por isto, é inútil e só pode conduzir situações de frustração, desmotivação, potenciando situações de crescente indisciplina.

6. Regulamentos Disciplinares

Um regulamento disciplinar é tudo e não é nada, segundo Felipe (2004, p.59):

[...] os professores imaginam-se com ele a salvo de muitos problemas disciplinares, e por isso procuram torná-lo o mais completo possível. O aumento da sua extensão cresce na mesma proporção direta da sua inaplicabilidade. A questão é, todavia meramente ilusória. Os professores partem do pressuposto que o mesmo será acatado pelos alunos, dado que foi aprovado pelos representantes, e que desta maneira se conformarão ao que nele estiver prescrito. Para os alunos, contudo, o regulamento não existe. O que impera na escola "é" à vontade dos professores e do Conselho Executivo.

7. Professores

De acordo com Barella (2005, p. 34), há professores que provocam mais indisciplina que outros:

As razões porque isto acontece é que são muito variáveis, mas quatro delas são frequentemente citadas:

- Falta de capacidade para motivarem os alunos, nomeadamente utilizando métodos e técnicas adequadas.
- Impreparação para lidarem com situações de conflito.
- A forma agressiva como tratam os alunos estimulando reações violentas.
- A estigmatização e a rotulagem dos alunos.

2.1 A Imposição de Limites: preocupação comum a todo o sistema educacional

A partir da análise de conteúdo, temos que pensar também, nos compromissos dos professores, os agentes do aprendizado. É preciso dar lhes condições adequadas de trabalho e, muito mais do que isso lhes dar uma motivação para o trabalho. Esses compromissos significam a convergência na escola de vários fatores como condições físicas adequadas de trabalho, incentivos para crescimento intelectual, assim o professor poderá ter condições de relevar a indisciplina.

Embora, o papel do Gestor Escolar se constitui na somatória de esforços e ações desencadeados com o sentido de promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Esse esforço voltou-se constantemente ao professor, num processo de assistência aos mesmos e coordenação de sua ação. Ao longo de sua evolução, a Gestão Escolar manteve o propósito fundamental de aprimorar o processo ensino-aprendizagem, visando ao melhor desempenho do educando.

Ao considerar que a eficiência da Gestão Escolar está diretamente ligada a sua habilidade em promover mudanças de comportamento no professor, o perfil esperado desse aluno é que obtenha condições de auxiliar os professores a se desenvolverem como profissionais e melhor desempenharem seu papel, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em relação ao processo ensino-aprendizagem.

Tradicionalmente, a Gestão Escolar, têm sido vista como uma profissão, cujo papel principal é atuar com os educadores e educandos. Assim, pode ser definida como um método pelo qual o Gestor Escolar ajuda o aluno, na escola, a tomar consciência de seus valores e dificuldades, concretizando, principalmente através do estudo, sua realização em todas as suas estruturas e em todos os planos de vida. O perfil esperado de um Gestor Escolar, que ele seja capaz de:

- Manter-se flexível, a fim de poder incorporar novas formas de atuação, ou modificar formas antigas e condições indispensáveis ao atendimento das mutáveis situações da sociedade, da escola e dos educandos;

- Assumir um papel de assistência ao professor no sentido de que o mesmo possa desenvolver uma ação educativa integrada, pela consideração aos aspectos afetivos do educando, juntamente com os cognitivos e psicomotores e pela promoção do desenvolvimento desses três aspectos;

- Entender e atender às necessidades dos educandos, mediante análise da dinâmica do relacionamento interpessoal de sua turma, assim como: o limite, a disciplina e a indisciplina.

Desta forma, é do Gestor Escolar a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido, e controlando todos os recursos para tal.

Devido à sua posição central na escola, o desempenho de seu papel exerce forte influência (tanto positiva, como negativa) sobre todos os setores e pessoas da

escola. É do seu desempenho e de sua habilidade em influenciar o ambiente que depende em grande parte, a qualidade do ambiente e clima escolar, o desempenho do seu pessoal e a qualidade do processo ensino-aprendizagem. O Gestor Escolar assume uma série de funções, tanto de natureza administrativa, quanto pedagógica.

CAPÍTULO III - CONTEXTO ESCOLAR: GESTÃO DEMOCRÁTICA E O RENDIMENTO PEDAGÓGICO SEGUNDO O JORNALISTA GILBERTO DIMENSTEIN E A AUTORA NÁDIA APARECIDA BOSSA

Baseando em Paro (2001), é importante ressaltar que, a escola toma como objeto de preocupação levar o aluno a querer aprender, precisa ter presente à continuidade entre a educação familiar e a escolar, buscando formas de conseguir a adesão da família para sua tarefa de desenvolver nos educandos atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar. Grande parte do trabalho do professor seria facilitado se a criança já viesse para a escola predisposto para o estudo e se, em casa, ela tivesse quem o estimulasse a esforçar-se ao máximo para aprender.

Ainda, Paro (2001), a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano.

Diante dessas acepções, cabe-nos salientar que, sem pretender esgotar o universo das múltiplas atividades possíveis no interior da escola, pode-se dispô-las em dois grupos: a) o das *atividades-meio*; b) o das *atividades-fim*.

As *atividades-meio* são aquelas que, embora referindo-se ao processo ensino-aprendizagem, não o fazem de maneira imediata, colocando-se, antes, como viabilizadoras ou precondições para a realização direta do processo pedagógico escolar que se dá predominantemente em sala de aula. Destacam-se, entre estas, a operações relativas à direção escolar, aos serviços de secretaria e às atividades complementares e de assistência ao escolar.

Para efeito legal, a direção de escola no sistema estadual, segundo Paro (2001):

[...] é o núcleo que organiza, superintende, coordena e controla todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar, e é composta pelo Diretor, pelo Assistente de Diretor e pelo Conselho de

Escola. Como se percebe, em termos formais, à direção não apenas parece serem reservadas atividades que dizem respeito adequadamente a sua função de coordenação do esforço humano coletivo na busca dos objetivos da instituição, mas também é conferido um mecanismo de natureza coletiva que hipoteticamente lhe possibilita o exercício da coordenação de forma moderna e democrática. A observação do cotidiano da escola, todavia, desmente completamente essa aparência formal (PARO, 2001, p.73).

As *atividades-fim* da escola referem-se a tudo o que diz respeito à apropriação do saber pelos educandos. Nelas inclui-se a atividade ensino-aprendizagem propriamente dita, desenvolvida dentro e fora da sala de aula; mas não é impróprio incluírem-se também os serviços de coordenação pedagógica e orientação educacional, na medida em que estes também lidam diariamente com questões pedagógicas. Mas estes serviços são muito pouco generalizados na maioria dos sistemas públicos de ensino no Brasil.

Com relação à forma de ensinar, é difícil, para quem observa o dia-a-dia da prática pedagógica escolar, admitir que se exercite aí qualquer método, no sentido mais rigoroso de um conjunto de procedimentos conscientemente organizados e intencionalmente orientados para a realização de uma prática significativa de ensino na escola pública. O que se observa são os procedimentos mais tradicionais, no velho estilo das preleções e memorizações que se sintetizam na malfadada educação 'bancária', há várias décadas já denunciada e criticada por Paulo Freire (2001, p. 28).

A respeito do desempenho do corpo docente, o descaso do Estado para com a escola pública, articulado com as múltiplas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais que condicionam a realização do trabalho docente, têm levado a configurar o professor como um profissional que convive com condições inteiramente desfavoráveis de trabalho, ganha miseravelmente, apresenta formação acadêmica inadequada e possui uma concepção de mundo que não se coaduna com os fins da transformação social e da universalização do saber. Tudo isso se reflete em seu cotidiano escolar, como um misto de insatisfação pessoal, comodismo, descompromisso com o trabalho, frustração profissional e apatia com relação aos interesses do educando.

3.1 Contexto Escolar: gestão do conhecimento segundo Gilberto Dimenstein

Parecer do renomado jornalista Gilberto Dimenstein, Membro do Conselho Editorial da Folha de São Paulo e criador da ONG - Cidade Escola Aprendiz, no III CONGRESSO DA EDUCAÇÃO (Congresso Virtual) - da Rede Promove (DVD, 2009), em Entrevista /Palestra cedida à jornalista Adriana Spinelli, a respeito do tema: *Gestão do Conhecimento*.

Segundo Gilberto Dimenstein, “é errôneo que vivemos na era do conhecimento, pois, todas as eras são do conhecimento.

Dimenstein, assim como alguns jornalistas, identificaram a educação como uma das prioridades nacionais. Superaram inclusive a barreira dos discursos e partiram para a proposição de práticas que nos leva, necessariamente, a configuração de um sistema educacional de melhores resultados, de maior engajamento por parte de alunos e professores, que buscava maior consciência política, de acesso às novas tecnologias e, voltado para a formação de cidadãos atentos e participativos, primando, portanto pela valorização da ética e da cidadania.

Ele também defendeu a importância do conteúdo cultural na formação de qualquer profissional, lembrando que o mesmo possibilita o desenvolvimento da criatividade, essencial para o sucesso em qualquer carreira.

Para Gilberto Dimenstein a educação tem que surpreender, cativar, conquistar os estudantes a todo o momento. O conhecimento tem que ser construído a partir de constantes desafios.

Com referência a Família:

Gilberto Dimenstein nos diz que o trabalho educacional é feito em 3 níveis, sendo: Escola, Família e Comunidade, e que a família é o núcleo mais importante entre os três níveis.

A criança deve ter uma base familiar onde os pais de antigamente tinham habilidades do desenvolvimento da leitura, através de contar uma história, ir ao teatro, rever os valores.

Atualmente há “tercialização” dos filhos, onde o pai trabalha, a mãe trabalha, então, os filhos ficam em aula de judô, natação, estão ocupando o tempo da criança,

enquanto estão trabalhando, e quando há um problema de aprendizagem o levam em um psicopedagogo, a um psicólogo, enfim...

Com referência a Escola:

A escola só conseguirá cumprir sua missão de criar indivíduos autônomos se houver uma ampla integração com a comunidade, compensando a defasagem cultural de seus alunos.

Gilberto Dimenstein grifa bem estas frases:

- *A educação não pode abrir mãos do seu papel educativo.*
- *A ansiedade da informação é uma doença contemporânea.*
- *O mundo da educação é um mundo mais calmo.*
- *A família é o centro educativo, é como um espaço educativo.*
- *A educação começa evidentemente e efetivamente na família.*
- *Os pais hoje em dia são seres confusos, eles têm que saber usar a interatividade, pois quanto mais informações, menos conhecimento.*
- *O professor é grande conhecedor.*
- *Toda pessoa interessante é uma pessoa interessada e assim tem que ser o professor.*
- *O professor em 3D neste mundo interativo e ativo (...), ele é o mestre da ciência...é comunicador e educador.*

Foi discutido vários tópicos como:

- *O aluno que quero e o que tenho*
- *Qual o papel da Família*
- *Qual o papel do Professor*
- *Interação do Universo do aluno e o Institucional.*

3.2 Contexto Escolar e a Psicopedagogia Segundo Nádya Aparecida Bossa

Contexto Escolar, apresentado pela Rede Promove (DVD, 2009) foi argumentado e confrontado dados obtidos e respaldado pelas idéias de Nádya Aparecida Bossa, onde se enfatiza as contribuições da psicopedagogia e as limitações ainda existentes na práxis psicopedagógica.

Neste programa Nádya Bossa contextualiza e debate a questão do fracasso escolar e das dificuldades de aprendizagem e aponta os conhecimentos necessários

para a compreensão dos processos de aprendizagem que se dão na instituição-Escola.

Relata que a Psicopedagogia nasceu da necessidade de contribuir na busca de soluções para a difícil questão do problema da aprendizagem humana. Tem seus fundamentos teóricos construídos a partir de várias áreas do conhecimento: Psicologia, Pedagogia, Medicina, Fonoaudiologia, Linguística, Filosofia etc. Seu objeto de estudo é o processo de aprendizagem humana, com um olhar mais amplo e inclusivo. A Psicopedagogia, na sua prática clínica e preventiva, utiliza recursos específicos de diagnósticos e de intervenção.

Bossa nos alerta sobre a origem do pensamento argentino acerca da Psicopedagogia, que está centrado na literatura francesa e se baseia em autores como Lacan, Ajuriaguerra, dentre outros. A Psicopedagogia tem o seu início, portanto, na Europa, ainda no século XIX, quando surgiram as preocupações com os problemas de aprendizagem. Contudo, podemos afirmar que a Argentina tem uma importância considerável na difusão do pensamento psicopedagógico, especialmente na epistemologia convergente. Seus principais representantes são Jorge Visca, Alicia Fernandez e Sara Pain.

Psicopedagogia deve se ocupar do estudo da aprendizagem humana e, portanto, preocupar-se inicialmente com o processo de aprendizagem (como se aprende como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por diversos fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las).

Conforme Bossa, a Psicopedagogia nasce com o objetivo de atender a demanda - *dificuldades de aprendizagem*

Conteúdo discutido e argumentado por Nádya Bossa:

- *A instituição escola*

Ao longo destas reflexões, temos procurado estabelecer com precisão o objeto de nosso interesse: *a Escola*.

As expressões “criança” e “escola” estão vinculadas a mecanismos de controle e práticas disciplinares, com vistas no exercício do poder e na produção de um saber sobre a criança; pois, ela é considerada um ser em desenvolvimento, que deve ser escolarizada, disciplinada, preparada para ser eficiente.

- *O fracasso escolar como sintoma*

O fracasso escolar enquanto sintoma representa uma forma de ser visceralmente dependente da cultura.

E este sintoma fracasso escolar é uma manifestação humana com significados a serem interpretados. Embora, todo sintoma requer um tratamento específico.

- Entendendo a aprendizagem humana

A autora propõe que o objeto de estudo deve ser entendido a partir de dois enfoques: o enfoque de caráter preventivo, que corresponde ao ser humano em desenvolvimento e as alterações desse processo podendo esclarecer sobre as características das diferentes etapas do desenvolvimento; e o enfoque de caráter terapêutico, que é a identificação, análise e a elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

- Ampliação do conceito de “conteúdos escolares”

Este deve propiciar o domínio de disciplinas escolares em que a criança não vem tendo um bom aproveitamento

- Identificando “Modalidade de aprendizagem” e “Estilo cognitivo” do aluno

Através das condições biológicas; do estilo cognitivo, que é o modo de pensar do aluno; a estrutura da personalidade e das condições ambientais.

- Sintonizando a metodologia ao modo de aprender

Bossa registra a Psicopedagogia Institucional elege a metodologia e/ou a forma de intervenção com o objetivo de facilitar e/ou desobstruir tal processo, o que vem a ser sua função precípua, colaborando, assim, na preparação das gerações para viver plenamente a complexidade característica da época. Sabemos que o aluno de hoje deseja que sua escola reflita a sua realidade e o prepare para enfrentar os desafios que a vida social apresenta, portanto não aceita ser educado com padrões já obsoletos e ultrapassado.

- Ensinar a aprender é aprender a ensinar

A psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos. “Para Bossa ela busca a melhoria das relações com

a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores”.

- *Psicopedagogia na inclusão.*

A inclusão também mostra o desafio que este tema representa para os professores e especialistas. A inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, objetivando que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os alunos sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

CONCLUSÃO

Chega-se ao fim do trabalho de conclusão de curso com a certeza de termos colaborado diretamente ou indiretamente com o processo educacional dos nossos alunos, pois o tema aqui estudado não foi esgotado apenas servirá de um ponto de partida para que outras pesquisas possam ser desenvolvidas, pois a muito a ser estudado no que tange a disciplina e os limites na escola.

Foi utilizada pesquisa bibliográfica, embora, tenha tido dificuldades para encontrar dados bibliográficos para desenvolvê-la; porém, nos poucos livros pesquisados, pode-se ter uma noção do que se pretende alcançar, sabendo que não só as crianças mudam, mas toda a sociedade em si, nos mais variados aspectos: social, econômico, político, espiritual e que talvez a escola não tenha acompanhado tais movimentos.

Diante do que foi apresentado, pode-se considerar que o tema *Indisciplina* ocupa lugar de destaque na lista de reclamações feitas pelas escolas, às famílias de seus alunos e vice-versa.

Seria interessante apontar que, a partir do referencial teórico, no que se refere aos termos disciplina e indisciplina, foi descrito em seus diferentes contextos e utilizações, buscando esclarecer possíveis confusões linguísticas advindas do fato de que estas, assim como várias outras expressões de uso corrente por parte de vários autores, têm profundas raízes históricas e múltiplos usos igualmente ditos.

Desta forma, a partir de definições descritas pode-se dizer que a palavra disciplina faz referência direta ao processo educacional, como sendo o conjunto da prescrições ou regras destinadas a manter a boa ordem, no entanto, no contexto escolar a ideia de disciplina significa o respeito ou a imposição de regras, métodos e preceitos.

Entende-se por ato indisciplinado, aquele que não está em correspondência com as leis e normas estabelecidas pela comunidade, um gesto que não cumpre o prometido e, por esta razão, imprime uma desordem no até então prescrito.

Portanto, hoje, escola e professores encontram-se confrontados com novas tarefas: fazer da Escola um lugar mais atraente para os alunos e fornecer-lhes as chaves para uma compreensão das mudanças que vêm se desenvolvendo e para o tipo de sociedade que apontam: a da informação e do conhecimento.

Assim, a Escola, tem que passar a ser encarada como um lugar de aprendizagem ao invés de um espaço onde o professor se limita a transmitir o saber ao aluno; deve tornar-se o local por excelência onde são elaborados os meios para desenvolver atitudes e valores e adquirir competências. Só assim a Escola será um dos pilares da sociedade do conhecimento.

Por isso, o conceito de educação, deve evoluir ultrapassando as fronteiras de espaço e tempo em que o aluno faz seu período de escolarização, para dar lugar a um processo de aprendizagem durante toda a vida, isto é, possibilitando a cada um a capacidade de saber conduzir sua vida em um mundo onde a rapidez das mudanças se alia ao fenômeno da globalização, no qual se requer um alto grau de competitividade que mais que nunca exigirá a disposição para aprender e reaprender continuamente.

Nessa sociedade emergente multiplicam-se velozmente dados, fatos, enfim: informações, muitas vezes excessivas, que podem ser verdadeiras, ou até mesmo falsas, efêmeras, instantâneas, contraditórias.

Desta forma, a escola desempenha um papel fundamental em todo o processo de formação de cidadãos aptos para viverem em uma sociedade da informação e do conhecimento. Cabe ao sistema educativo fornecer, a todos, meios para dominar a proliferação de informações, e as selecionar com espírito crítico, preparando-os para lidarem com uma enorme quantidade de informações, sabendo distingui-las do verdadeiro conhecimento.

Nesse sentido, cabe ao professor resgatar valores do passado, mas estar aberto aos novos valores emergentes, em função das necessidades colocadas pelas contradições sociais, políticas, econômicas, culturais, num processo de continuidade-ruptura, numa visão dialética. O ideal seria uma disciplina consciente e interativa, marcada por participação, respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, formação do caráter e da cidadania.

A importância do papel dos professores, supervisores, orientadores e o gestor escolar, enquanto agentes de mudança, é fundamental nesse processo. Eles têm um papel determinante na formação de atitudes, positivas e negativas, face ao processo de ensino e aprendizagem e a criação das condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente, pois já não basta que se limite a transmitir conhecimentos aos alunos, têm também que ensiná-los a pesquisar e a relacionar entre si diversas informações, revelando espírito crítico. Devem despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual, pois, só assim, estarão criando condições para o “saber aprender a aprender”, pilar fundamental para uma educação ao longo da vida.

Considera-se que, proposições dessa natureza possam auxiliar a escola a compreender que a disciplina e a indisciplina são fatores constituintes de formação do aluno crítico no mundo atual. Talvez possam auxiliar na construção de um projeto pedagógico mais próximo das tendências do desenvolvimento humano e contribuir para a elaboração de uma proposta escolar consciente de que o aluno não é, o aluno está sendo.

Mas, a Instituição Escola está longe de ser um modelo de virtudes. Funciona em geral de modo pouco eficaz e eficiente

Na verdade, as escolas estão mal preparadas para enfrentarem a complexidade dos problemas atuais, nomeadamente os que se prendem com a gestão das suas tensões internas. A crescente participação de alunos, pais, entidades públicas e privadas nas decisões tomadas nas escolas tornou-se uma fonte de conflitos, que não raro acabam por gerar climas propícios à irrupção de fenômenos de indisciplina. As Associações de Pais, quando funcionam, encaram muitas vezes os professores como um bando de incompetentes que aproveitam todas as ocasiões para se furtarem às aulas. Repetem-se por todo o país os casos de membros destas associações que tirando partido da sua posição exercem pressão junto dos professores para beneficiarem os seus filhos.

Finalmente, chama nossa atenção sobre a necessidade de passarmos a limpo nossa experiência como educandos; a experiência que nos tocou experimentar nas mãos dos educadores.

Ao concluir este trabalho pode-se dizer que, as proposições dessa natureza possam auxiliar a escola a compreender que a disciplina e a indisciplina são fatores

constituintes de formação do aluno crítico no mundo atual. Talvez possam auxiliar na construção de um projeto pedagógico mais próximo das tendências do desenvolvimento humano e contribuir para a elaboração de uma proposta escolar consciente de que o aluno não é o aluno está sendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Alfred. (1938). Os sentidos da vida. In: TAILLE, Yves De La. *Limites: três dimensões educacionais*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

AMARO, B. *Rebeldes que tem uma boa causa*. Revista Criativa, nº 33/maio, 2005.

ANTUNES, Celso. Limites & indisciplina. *Revista Aprendizagem: a revista pedagógica*, ano 3, nº. 11, Pinhais/Paraná, mar./ abr. 2009, p.63.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. (1993). Um estudo da relação entre o ambiente cooperativo e o julgamento moral na criança. In: GROPPA AQUINO, Júlio. (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1981.

BARELLA, J, E. *Com medo*. Revista Veja. 11/maio, 2005.

BOTTURA JÚNIOR, Wimer. Uma farsa chamada "limites". *Jornal da Educação (Comportamento)* jun. 2003. (FG - Escola Técnica de Formação Gerencial - SEBRAE).

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: arte / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE - Fundação de Assistência ao Estudante, 1986.

DAHRENDORT, Ralf. (1997). Após 1989: moral, revolução e sociedade civil. In: TAILLE, Yves De La. *Limites: três dimensões educacionais*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GROPPA AQUINO, Júlio. (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

FELIPE, J. *A questão dos limites*. Revista Ano II, nº, abril/julho, 2004.

FERREIRA DE ARAÚJO, Ulisses. Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano. In: GROPPA AQUINO, Júlio. (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

FREUD, Sigmund. (1971). *Malaise dans la civilisation*. In: TAILLE, Yves De La. *Limites: três dimensões educacionais*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GUIMARÃES, Áurea M. (1992). A escola e a ambigüidade da violência. In: TAILLE, Yves De La. *Limites: três dimensões educacionais*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

OLIVEIRA, Maria Izete. *Indisciplina escolar: representações social de professores que atuam o ensino fundamental na cidade de Cáceres-*. 2002. Tese (Doutorado em psicologia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2001.

PAROLIN, Isabel. Limites na Educação: o papel de cada um na construção do seu espaço no mundo. *Revista Aprendizagem: a revista pedagógica*, ano 3, nº. 11, Pinhais/Paraná, mar./ abr. 2009, p.12-16 (Entrevista).

PARREIRA, Vera Lúcia Casari. (Profª. Responsável). *O contexto psicossocial da criança com dificuldades de aprendizagem*. Orientação de pais na intervenção psicopedagógica. Batatais: Curso de Pós-Graduação - Psicopedagogia: abordagem clínica dos problemas de aprendizagem, CEUCLAR - Centro Universitário Claretiano, 2002. 29 f. (Apostila).

SCOZ, Beatriz. *Psicopedagogia e Realidade Escolar*. Campinas: Vozes, 1996.

TAILLE, Y. De La. *Limites: três dimensões educacionais*. (Coord.) Ana Rosa Abreu. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Palavra do Professor).

_____. (1996). A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: GROPPA AQUINO, Júlio. (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

TIBA, Içami. *Disciplina, o limite na medida certa*. 8. ed. São Paulo: Gente, 1996.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

ZWEIG, S. (1944). *Le monde d'hier*. In: TAILLE, Y. De La. *Limites: três dimensões educacionais*. (Coord.) Ana Rosa Abreu. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Palavra do Professor).

